

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 18-11-2024.

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cezar Augusto Schirmer, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Eng^o Comassetto, Fernanda Barth, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Bernardi, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina, Tiago Albrecht. Foi apregoado Requerimento firmado por Cláudio Conceição solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias onze e doze de novembro do corrente ano. Foi apregoado Requerimento firmado por Mônica Leal solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia doze de novembro do corrente ano. Foram apregoados Ofícios firmados em treze de novembro do corrente ano pelo Sr. João Garcez de Moraes Neto, Juiz de Direito da 1ª Vara Estadual de Processo e Julgamento dos Crimes de Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro, por meio dos quais determinou a suspensão, pelo prazo de cento e oitenta dias, do exercício da função pública do ex-vereador Alexandre Bobadra, eleito suplente para a próxima Legislatura, e do suplente Pablo Melo (SEIs nºs 017.00163/2024-61 e 017.00162/2024-17, respectivamente). Foram aprovadas as atas das 102ª, 103ª e 104ª Sessões Ordinárias desta Quarta Sessão Legislativa Ordinária. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Psicóloga Tanise Sabino, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período de Comunicações. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a Homenagear a Igreja Luterana (IECLB), nos termos do Requerimento nº 088/24 (Processo nº 0623/24), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo os trabalhos; Sílvia Beatrice Genz, Presidente Nacional da IECLB; Carlos Eduardo Müller Bock, Pastor Sinodal do Sínodo do Rio dos Sinos; e Carlos Alberto Wünsche, Presidente da Comunidade Evangélica de Porto Alegre - CEPA. Sílvia Beatrice Genz, Psicóloga Tanise Sabino, proponente, e Carlos Eduardo Müller Bock manifestaram-se acerca do tema tratado em COMUNICAÇÕES. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e dois minutos às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se José Freitas, Marcelo Bernardi, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Tiago Albrecht, Márcio Bins Ely e Claudio Janta. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Comandante Nádia, esta em tempo cedido por Lourdes Sprenger, e Eng^o Comassetto. Foi aprovado Requerimento

verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período de Pauta. Aldacir Oliboni indagou acerca da data prevista para votação do orçamento, ao que Mari Pimentel, presidindo, respondeu que a previsão é de apreciação nos dias dois e quatro de dezembro do corrente ano. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 033/24; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 298, 309 e 336/24. O Diretor Legislativo prestou esclarecimentos acerca de dificuldades operacionais no sistema eletrônico de votações. Às dezesseis horas, conforme acordo de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro e Mari Pimentel. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprecio Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Conceição, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias 11 e 12 de novembro de 2024.

Aprecio Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 12 de novembro de 2024.

Aprecio Ofícios firmados em 13 de novembro de 2024 pelo Sr. João Garcez de Moraes Neto, Juiz de Direito da 1ª Vara Estadual de Processo e Julgamento dos Crimes de Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro, por meio dos quais determinou a suspensão, pelo prazo de 180 dias, do exercício da função pública do ex-vereador Alexandre Bobadra, eleito suplente para a próxima Legislatura, e do suplente Pablo Melo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 102ª Sessão Ordinária à 104ª Sessão Ordinária da 4ª SLO, da XVIII Legislatura. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Ajurd – Associação dos Juristas pela Democracia, que tratará de assunto referente à enchente, com ênfase aos moradores da Cidade Baixa. O Sr. Guilherme de Oliveira, representando a entidade, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos. (Pausa.) O Sr. Guilherme de Oliveira não se faz presente. Está encerrada a Tribuna Popular.

A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino solicita a alteração da ordem dos trabalhos, para passarmos, imediatamente, ao período de Comunicações. Em votação o requerimento de

autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a homenagear a Igreja Luterana (IECLB), nos termos do Requerimento nº 088/24, de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Sílvia Beatrice Genz, pastora-presidente nacional; o Sr. Carlos Eduardo Müller Bock, pastor sinodal na Sínodo Rio dos Sinos; e o Sr. Carlos Alberto Wunsche, presidente da Comunidade Evangélica de Porto Alegre. Prestigia o evento também o Sr. Claus Martin Dreher.

A Sra. Sílvia Beatrice Genz, pastora-presidente nacional da IECLB, está com a palavra.

SRA. SÍLVIA BEATRICE GENZ: Saúdo esta Casa, as pessoas presentes, a população de Porto Alegre, com a palavra bíblica que encontramos em Efésios: sirvam com prazer, como se vocês estivessem trabalhando para o senhor Deus. Muito nos alegra este momento especial, agradeço à Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, que propôs esta sessão.

Dois mil e vinte quatro é um ano bem especial para a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Alegro-me, como pastora-presidente, por podermos celebrar 200 anos de presença no Brasil. Ao longo desses dois séculos, temos sido uma igreja de comunidades a serviço da missão de Deus, cujo desejo é restaurar, reconciliar e salvar o mundo. No nosso entendimento, a missão é de Deus, e nós fazemos parte dela através do anúncio do evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, através do acolhimento do serviço diaconal do ensino, da defesa dos direitos das pessoas mais fracas e oprimidas e da defesa da criação. Jesus Cristo, através da sua palavra de amor, convida a zelar pela vida, com ética, transparência, democracia, zelando pelo bem comum.

Temos como legado deixado por pessoas herdeiras da presença luterana, de um povo que veio de vários países europeus e de outros que se integraram ao longo desta história, que é o zelo pela educação. O ensino, desde os primórdios desta história, foi fundamental para a constituição da comunidade. Nossos antepassados, ao edificar em comunidade, ao lado da igreja, construíram uma escola para meninos e meninas; não menos importante foi o cuidado pela saúde integral em meio às dificuldades nas colônias. Há 200 anos, as mulheres assumiram esse cuidado pela saúde, com dedicação imensurável, cuidaram da vida de crianças, parturientes, pessoas idosas, de todas as pessoas enfermas. O fizeram através do uso de chás, aromas e muito amor. Mais tarde, fundaram hospitais. Lembro que, aqui, em Porto Alegre, as irmãs diaconisas fundaram o Hospital Moinhos de Vento. Assim ocorreu em muitas outras regiões do nosso País, onde hospitais e casas de saúde foram edificadas.

Somos a Igreja de Jesus Cristo no Brasil que, em sua constituição, registra: a IECLB tem sede e foro jurídico na Rua Senhor dos Passos, 202, na cidade de Porto Alegre, no

Estado do Rio Grande do Sul, e é constituída por tempo indeterminado. A IECLB é de natureza ecumênica e tem vínculo de fé com as igrejas que confessam Jesus Cristo como único Senhor e Salvador em todo o mundo.

No Brasil, está presente em todo o País, através de suas 1,8 mil comunidades, mil pontos de pregação, 460 paróquias, 18 sínodos e dezenas de escolas, instituições diaconais, editoras, casas de saúde. Entendemos que Deus nos capacita para sermos a igreja lá onde vivemos, e, por tudo isso, damos graças a Deus. Nosso livro sagrado é a Bíblia, na qual lemos e cremos que Deus criou a terra, os céus e tudo que existe na terra.

Por isso, zelamos pelo cuidado com a criação e defendemos a vida em todas as suas expressões, em toda a sua diversidade. Cremos na liberdade, na capacidade de todas as pessoas – homens e mulheres – de igualdade de condições. Liderar grupos é possível e acontece por homens e mulheres. Somos uma igreja que entende que o ministério é dado por Jesus Cristo – a sua igreja. Defendemos o sacerdócio geral de todas as pessoas batizadas e, dentro dele, ordenamos homens e mulheres. Igualmente aos ministérios específicos: pastoral, catequético, diaconal e missionário. Servindo em todo este País, anunciando o amor de Deus e o evangelho de Jesus Cristo de Norte a Sul.

Queremos crescer como igreja, queremos crescer de tamanho, mas também em relevância; queremos crescer ao lado de outras igrejas que anunciam Jesus Cristo como senhor; queremos defender sempre a vida, a ética, a democracia, o ensino de qualidade e a transparência. Valores que entendemos serem essenciais também para todos os poderes constituídos em nosso País.

Defendemos o estado laico, pois, no início, nossos antepassados aqui não foram reconhecidos como cidadãos e cidadãs, porque a igreja e o estado estavam unidos e só havia a igreja católica. Por isso, defendemos um estado laico. Celebramos o dia 15 de outubro porque com a Proclamação da República tornou-se possível, então, aos nossos antepassados terem um templo com aparência de templo, com sino e torre, para demonstrar, assim, a sua presença neste País.

Muito obrigada por este momento, Ver.^a Psicóloga Tanise, muito bom você nos ter convidado para podermos aqui manifestar a nossa presença luterana neste País e celebrar os 200 anos desta presença.

Pedimos que Deus nos fortaleça, oriente e capacite para sermos a mudança que almejamos e sermos um testemunho vivo no País, na cidade, no local onde vivemos. E podemos ser isso para toda a sociedade, amando um ao outro como o Senhor Jesus disse: “Amai-vos uns aos outros, assim como eu vos amei.” Gratidão por este momento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Convido a Sra. Sílvia a fazer parte da Mesa. A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde. É com grande satisfação que saúdo todos os integrantes da IECLB aqui presentes. Quero saudar, de uma forma muito carinhosa, a pastora-presidente nacional Sílvia Beatrice Genz, que

acabou de fazer o seu pronunciamento, um orgulho para todas nós, mulheres, tê-la com esse cargo tão elevado, numa atividade tão importante. Saudar o pastor sinodal, do Rio dos Sinos, Carlos Eduardo Bock; saudar também, representando o presidente da União das Comunidades de Porto Alegre, Alvorada e Viamão, o pastor Claus Martin Dreher; e saudar os demais integrantes da presidência, secretaria-geral, obreiros, comunidades e membros da IECLB. Saudar também todo o público que nos assiste através do plenário, através da televisão; saudar nosso Presidente Mauro Pinheiro.

Nessa tarde de hoje, eu quero parabenizar a IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, pelos 200 anos de presença e legado em nosso País. Para falar de 200 anos desta amada igreja, não tem como não voltar na história, pois afinal são dois séculos de história. A Europa, devastada por guerras, escassez e incertezas e, em especial, a Alemanha. Do outro lado do oceano, o Brasil Império precisava povoar terras e defender as fronteiras do Sul, e por isso ofereceu incentivos para imigrantes, como concessão de terras e os mais diversos benefícios. Assim, em 1824, chegaram os primeiros imigrantes alemães ao Sul do Brasil. Mas eles não vieram sós, trouxeram sua fé, sua cultura, esperança e muita energia para transformar vidas. Como a religião oficial no País, na época, era a católica, por muito tempo, os luteranos foram proibidos de construir torres nas igrejas, mas, ao invés disso, construíram escolas, e é por isso que a educação é parte tão importante do legado dos luteranos nesses 200 anos de história aqui no Brasil.

Hoje a Igreja Luterana possui 3 universidades de formação teológica, 51 escolas em todo o País, hospitais, centros diaconais, além de centenas de grupos de música, grupos de mulheres, de jovens, de louvores e de casal. Só na Comunidade Evangélica de Porto Alegre, a CEPA, que é o braço filantrópico da IECLB em Porto Alegre, são oito escolas, nas quais são atendidos cerca de 5,6 mil alunos. Graças à filantropia, puderam ser beneficiados neste ano quase mil alunos com bolsa de 100%, e mais de 1.100 alunos com bolsa de 50%. Em algumas escolas, é oferecido o currículo bilíngue: inglês, alemão ou espanhol. Igualmente, a CEPA mantém 7 unidades sociais e diaconais, que acolhem diariamente 750 crianças a partir de 6 meses, adolescentes até completarem os 18 anos e idosos em situação de risco e vulnerabilidade social e econômica, incluindo atenção para muitas de suas famílias. Dentre essas unidades, destaco aqui a casa de passagem, que presta um valioso serviço para a nossa cidade, na qual são atendidos pacientes de Porto Alegre, do nosso Estado, inclusive do Brasil. Eu tive a oportunidade de conhecer essa casa de passagem, já estive lá algumas vezes, destinei emendas parlamentares, e aqui quero saudar a pastora Elisângela, que faz um excelente trabalho. Quando eu conheci a casa de passagem, eu fiquei impressionada pelo trabalho que lá é desenvolvido e também contribui com as emendas parlamentares.

Então, eu vejo, observo que mesmo com um vínculo direto com a Alemanha, a IECLB se tornou uma igreja verdadeiramente brasileira, preocupada em somar para o dia a dia das pessoas, muito além das paredes da igreja. Essa identidade, inclusive, está firmemente expressa em seu logotipo que traz três elementos – tinha pedido para a assessoria colocar o logotipo no telão, não sei se a comunicação consegue colocar a

imagem ainda durante o discurso. Enfim, a cruz colocada sobre o globo lembra que Cristo é o Senhor do mundo, ele está acima de tudo e de todas as pessoas; a cruz vazia indica que Cristo morreu por nós, mas está vivo e seus ensinamentos devem ser praticados no dia a dia, por cada um de nós; o globo simboliza que os ensinamentos de Cristo são divulgados em todos os lugares da terra. Nós fizemos parte deste mundo e assim também somos responsáveis pelo que acontece de bom e de ruim. E o contorno imitando as colunas do Palácio da Alvorada, em Brasília, indica que a mensagem de Cristo é praticada no Brasil e que está comprometida com as causas nacionais. Prova dessa identidade brasileira e do esforço de ser da igreja no Brasil é que a IECLB emite com frequência posicionamentos acerca de questões atuais, como violência de gênero, armamento, inclusão, meio ambiente, participação política, saúde pública, reforma da previdência, migração. Inclusive, a minha assessora, que está aqui no plenário, a Carol, que pertence a essa igreja, volta e meia me traz algum folheto, algum cartaz, algum informativo contendo esses temas sobre os quais a igreja se posiciona.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro; minha colega Tanise Sabino, parabéns por trazer a esta Casa aqui a IECLB; e muito especialmente aqui aos meus irmãos na fé, luteranos, pastora Genz também, pastor Bock, e o querido Dreher, que já nos conhecemos há tantos e tantos anos. Eu sou membro da IELB, igreja irmã da IECLB. Nós temos, no Brasil, duas comunidades luteranas, duas igrejas luteranas, uma que acabou se formando genuinamente em território nacional devido aos nossos imigrantes aqui, através de diversas células, diversas comunidades em todo Brasil; e a IELB, da qual eu faço parte, que veio como missão do Sínodo de Missouri, nos Estados Unidos, vindo para o Brasil atuar aqui, já no formato de uma única instituição. Mas as duas andam irmanadas, as duas são igrejas irmãs luteranas e que professam, sem sombra de dúvidas, Ver.^a Tanise, toda pregação da palavra de Cristo e também dos elementos que Martinho Lutero trouxe em 1517, com a reforma protestante, que são presentes ainda hoje na nossa sociedade de forma muito significativa, muito especialmente o que a pastora Genz aqui já trouxe com relação à separação de Estado e igreja. Nós acreditamos no estado laico, não no laicista, tanto é que ele próprio nos acompanha aqui, também representado na Casa do Povo de Porto Alegre, mas também, muito especialmente, a educação pública, o acesso das pessoas, do cidadão médio à informação, ao conteúdo, para que ele possa buscar a sua própria visão de mundo através do ensino, através da educação. Em tempos tão difíceis, onde a nossa liberdade é cerceada de todas as formas, lembrar aqui a força e a garra de Martinho Lutero ao enfrentar todo o sistema da época para poder trazer luz e verdade para o povo, sem sombra de dúvidas, é uma grande inspiração nesses tempos sombrios que vivemos no Brasil. Muito obrigado.

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Presidente Mauro; Ver.^a Tanise, parabéns pela iniciativa, homenageando aqui os 200 anos da Igreja Luterana. Cumprimento aqui a pastora Sílvia,

presidente nacional, o pastor Carlos Eduardo Müller, e o senhor Claus Martin. Na verdade, os projetos sociais das igrejas, as ONGs também, alcançam famílias, alcançam pessoas onde o poder público não tem pernas para alcançar. Então, que Deus continue abençoando o trabalho dos senhores, a pregação do evangelho, levando uma palavra de conforto, de paz, de fé para as pessoas e continue abençoando os projetos sociais por esse mundo afora. Que Deus abençoe. Esta Casa aqui está à disposição dos senhores. Um abraço.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Tanise, obrigado pelo aparte. Eu sou católico apostólico romano, até por isso eu sou admirador do Martinho Lutero, até por isso, porque, quando ele viu aquela extravagância, aquela coisa, isso muitos de nós católicos também temos obrigação de concordar com Martinho Lutero. E a Igreja Luterana, nas suas confissões, nas suas obras, nas pessoas que congregam essas igrejas, dão exemplo para todos nós, muitos exemplos para todos nós. Eu tive um chefe, o primeiro chefe político, eu era jovenzinho, um alemão lá de Novo Hamburgo, Gilberto Mosmann, o maior fã do sinodal, então eu aprendi muitas coisas e soube de muitas coisas que o sinodal fez e faz para aquela sociedade onde está. Então, eu queria cumprimentar primeiro a Ver.^a Tanise que trouxe esta homenagem, essa confissão tão importante, e dizer que um católico apostólico romano é fã sim do Martinho Lutero.

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito boa tarde, Ver.^a Tanise Sabino, pastoras representando o trabalho da confissão luterana. Como pastor, eu não poderia deixar de ocupar esse plenário e saudar a tua proposição, Tanise, pelo trabalho de 200 anos da confissão luterana aqui no Brasil. É fundamental que a gente possa valorizar a multiforme graça de Deus que se manifesta através de todos os seus braços como expressão do corpo de Cristo. O trabalho de vocês têm sido um trabalho relevante, um trabalho muito oportuno, pontual, quando as trevas de todas as formas ideológicas estão se manifestando, nós não podemos deixar de pontuar, porque a nossa guerra, na verdade, não é uma guerra de palavras, mas é uma guerra de posicionamento. Nós precisamos fundamentar os nossos valores, a nossa confissão de fé através daquilo que o Nosso Senhor Jesus Cristo nos ensinou, a palavra dele é a nossa bússola de fé, e nós queremos realmente ecoar e dar voz ao que vocês têm feito para que o nome, que é sobre todo nome, continue ecoando. Que Deus abençoe o trabalho e esteja renovando cada dia mais a força de vocês. Parabéns, Tanise. Que Deus abençoe.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Neste momento, vou quebrar um pouquinho o protocolo e passar a palavra para o pastor Carlos.

SR. CARLOS EDUARDO MÜLLER BOCK: Obrigado; agradeço à Ver.^a Tanise por esse momento de nos convidar para estar aqui e trazer para vocês o que é o sínodo

que a gente representa. O nosso sínodo, na região de Porto Alegre, vai até Sertão Santana, até a praia de Torres, pegando a BR-116 vai até a cidade de Sapiranga. Essas cidades compõem então o Sínodo Rio dos Sinos, que é um sínodo histórico da IECLB, o primeiro sínodo a ser organizado no Brasil acontece aqui em São Leopoldo, e agora nós temos então, no Brasil, 18 sínodos. É importante a gente dizer que esse povo que veio para cá, em 1824, trouxe no DNA essa questão da educação, do cuidado com o outro, na questão da saúde, nós temos vários elementos nisso. Gostaria de lembrar que no Rio Grande do Sul só tinha uma escola, que era a Escola Militar de Porto Alegre, quando nasceu, em 1826, a primeira escola evangélica em São Leopoldo. Ou seja, enquanto o Estado ainda nem tinha escolas, nós já tínhamos ali uma escola funcionando, porque estava no DNA, e o pessoal precisava de educação. Depois, na época da 2ª Guerra Mundial, por exemplo, as colônias que não tinham analfabetos de descendência ou de fala alemã, que vieram da Europa, passaram a ter analfabetos, porque, durante os dez anos, as escolas permaneceram fechadas.

Então eu queria lembrar essa ideia que está presente, que nasce lá com Lutero, e vem até a nossa presença agora. Neste sínodo que eu tenho agora a responsabilidade de exercer o pastorado, nós temos duas faculdades, nós temos 12 escolas, temos 15 abrigos que acolhem crianças, e está sendo inaugurado agora um abrigo para mulheres que venham a sofrer violência. Digamos que a justiça, a delegacia diga que elas vão sofrer violência, nós teremos uma casa para dez mulheres, para recebê-las pelo tempo necessário para que elas possam estar em segurança.

Nós temos duas organizações grandes também, como a CEPA – Comunidade Evangélica de Porto Alegre; em Novo Hamburgo, a Aevas – Associação Evangélica de Ação Social e a ABEFI – Associação Beneficente Evangélica da Floresta Imperial. Juntando essas instituições sociais, nós temos perto de 2.500 funcionários trabalhando em educação e serviço social em parceria, na maior, parte com os municípios. Então, nós somos uma igreja que está aqui colaborando para que a gente tenha uma sociedade boa, para que haja um bom exercício da política e da economia, porque o bom exercício da política e o bom exercício da economia vai fazer com que todos nós vivamos melhor, que era um desejo de Jesus, dizendo que desejava a todos nós uma vida abundante. E vida abundante precisa de educação, precisa de uma boa economia, precisa do cuidado, precisa de saúde, precisa da plenitude que a gente tem necessidade.

Obrigado por nos chamarem aqui, para a gente poder dizer um pouquinho do que a gente também tem feito nessa sociedade gaúcha e também no Brasil.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Obrigada. Quero também saudar o Sr. Carlos Wünsch, presidente da Comunidade Evangélica de Porto Alegre. Saudar o pastor Mauro, vice-presidente, que está conosco aqui também e saudar o pastor Carlos Dreyer, que chegou recentemente. Seja bem-vindo.

Continuando e já indo para o final, quero dizer que eu, como cristã, como evangélica, eu pertencço à Igreja Evangélica Assembleia de Deus que neste ano completou

100 anos de vida aqui em Porto Alegre, no nosso Estado; na verdade, em termos de Brasil, um pouquinho mais do que 100 anos, mas aqui em Porto Alegre, 100 anos de história.

Eu quero dizer que eu tenho muito respeito e admiração pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que traz consigo o legado do reformador Martinho Lutero que não apenas popularizou os ensinamentos da Bíblia ao traduzi-la do latim para o alemão, mas que, ao tentar melhorar sua própria igreja, através das 99 teses, abriu um caminho para muitas outras reformas e para a liberdade religiosa como um todo, a qual hoje, felizmente, podemos usufruir.

Assim, nesta tarde especial, quero parabenizar a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – a IECLB, pelo seu trabalho e pelo estímulo, para que possamos sempre louvar e celebrar o nome de Deus em todos os lugares e em todos os espaços, bem como aqui no Parlamento.

O mais interessante, talvez poucos saibam, é que essa igreja, que tanto contribuiu para a nossa sociedade, escolheu a nossa capital, a nossa querida Porto Alegre para abrigar a sua sede nacional. Aqui está localizada a presidência, a secretaria de ação comunitária, a secretaria de formação, de habilitação ao ministério, de ministério e coordenação, secretaria de missão, departamento financeiro, além de outras coordenações.

Então, a vocês, integrantes da Igreja Evangélica Confissão Luterana no Brasil, minha gratidão e o mais profundo reconhecimento por esta caminhada de 200 anos no Brasil, em especial aqui na nossa querida capital.

Quero encerrar com um versículo que está na palavra de Deus, em 1Coríntios, 2:9, onde o apóstolo Paulo disse que: “Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano o que Deus tem preparado para aqueles que o amam.” Com essas palavras finalizo, mais uma vez, parabenizando toda essa igreja, todos os membros dessa igreja, pelos desafios superados e por todas as conquistas, e, como eu sempre digo: somos gratos a tudo que somos, a tudo que temos e ainda por tudo que Deus vai fazer na nossa vida. Muito obrigada e que Deus nos abençoe. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mais algum vereador quer usar a palavra? (Pausa.) Parabenizo a Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino pela justa homenagem feita à Igreja Evangélica de Confissão Luterana, e também parabenizar e agradecer pelo belo trabalho que fazem, principalmente na evangelização e na educação para o nosso Estado e para a nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

Suspendo a sessão, por dois minutos, para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h52min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (14h57min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Boa tarde, Presidente Mauro, colegas vereadores; subo a esta tribuna para homenagear, hoje, dia 18 de novembro, o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar; inclusive estou vendo ali na arquibancada, meu ex-colega André, seja bem-vindo a esta Casa, foi conselheiro, meu professor no Conselho Tutelar. Eu tive a honra de ser, por sete anos, na nossa época – né, Marcelo –, Marcelo, hoje meu colega vereador. Viu o André ali na arquibancada? Nosso professor, nós somos mais novos, né. E eu tive a honra de ser conselheiro tutelar junto com o André, junto com meu colega, hoje, Ver. Marcelo Bernardi, e é um aprendiz, não é Marcelo. É um aprendiz, porque o conselheiro tutelar, ele é um pouco de tudo. Um pouco, ele tem que ser pai; um pouco, ele tem que ser assistente social; um pouco, advogado, atendendo às famílias. E, quando uma família chega ao Conselho Tutelar, na verdade, é porque todo mundo falhou: a família falhou, o poder público falhou. Aí essa família chega ao Conselho Tutelar, normalmente, toda destruída, e o conselheiro tutelar ajuda a reorganizar essa família. E nós temos, sempre conselheiro André e conselheiro Marcelo, nós temos uma luta muito grande, porque o Conselho Tutelar precisa de um olhar especial do poder público, pois muitas sedes dos conselhos estão sucateadas. Tem outra demanda também do Conselho Tutelar, Presidente Mauro, pela população que nós temos em Porto Alegre; o Município já está em dívida, teriam que ter mais duas sedes, até porque tem regiões que demandam uma abrangência muito grande.

Está lá também o meu ex-colega, trabalha nesta Casa aqui, o conselheiro Charles – eu tinha me esquecido do nome, o Marcelo que me assoprou aqui – o Charles; está aqui o André, na arquibancada ali.

É uma demanda que é latente e para o qual o poder público tem que ter um olhar especial para com o Conselho Tutelar que diariamente atende dezenas e dezenas de famílias que precisam da ajuda, precisam do poder público, precisam de uma atenção, precisam de um encaminhamento.

Então que Deus abençoe a todos os 50 conselheiros de Porto Alegre, que Deus abençoe o trabalho de todos, porque nós sabemos que o conselheiro tutelar tem que estar preparado, porque não é fácil, vereadores, chegar no Conselho Tutelar e ver uma criança desassistida, uma criança viciada, às vezes, uma criança com quatro, cinco, oito anos de idade viciada já. Então que Deus abençoe a todos os conselheiros tutelares e as nossas dez microrregiões de Porto Alegre. Um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Marcelo Bernardi está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB): Boa tarde, Presidente, Srs. Vereadores, público que nos assiste. Há pouco tempo, agora, o José Freitas, vereador que me antecedeu aqui, falou da importância desta data de hoje, 18 de novembro, Dia do Conselheiro Tutelar, porque só quem passou pelo Conselho Tutelar, só quem foi conselheiro tutelar sabe muito bem do que estamos falando. Então não poderíamos deixar

de fazer esse agradecimento, principalmente para todos aqueles que escolheram essa missão de ser conselheiro tutelar.

Há pouco tempo o vereador aqui colocou da importância de aumentar os conselhos tutelares aqui na cidade de Porto Alegre, porque o Estatuto da Criança e do Adolescente diz que a cada cem mil habitantes tem que ter um conselho tutelar composto por cinco membros, para cada cem mil habitantes, e Porto Alegre tem apenas dez conselhos tutelares.

Desde o ano passado, fiz um pedido de indicativo aqui para esta Casa, também para o prefeito, para que, conforme o censo, se aumente três conselhos tutelares, para que a gente faça conforme a lei estabelece. E o porquê de aumentar esses três conselhos? Porque hoje a conta não fecha. Em Porto Alegre, cada conselho tutelar atende em média duzentos mil habitantes para cinco conselheiros. Salvo a região da Restinga e a região também do extremo, a Baltazar eixo-norte, que também atende mais de trezentos mil habitantes para cinco conselheiros. Ou seja, é desumano.

O papel que o conselho tutelar tem na sociedade, muitas vezes acaba sendo fundamental, porque só chega no conselho tutelar quando há um direito violado de uma criança ou adolescente. Não era para as famílias estarem procurando o conselho tutelar, era para chegar na saúde e ser bem atendido, era para chegar na educação e ser bem atendido, era para chegar no serviço social e ser bem atendido. Só que, infelizmente, a realidade é outra, a gente sabe da dificuldade que hoje se tem nos serviços para atender toda essa população, e infelizmente acabam procurando o conselho tutelar em primeiro lugar.

Eu fui conselheiro tutelar por quase vinte anos, passei por muitas coisas dentro do conselho tutelar. Uma das coisas também para a qual eu peço atenção para ti, que está em casa me ouvindo agora, é sobre a importância das denúncias. Vocês têm que denunciar toda situação de maus-tratos, de suspeita de abuso sexual, pois depende muito da sociedade fazer essas denúncias. Muitas pessoas se preocupam com a questão: “Ah, mas, se eu denunciar, vão saber quem é que fez a denúncia”. Muitas pessoas se preocupam, Ver. Giovane Byl, Ver. Giovanni Culau, com a pessoa que está denunciando. Hoje existe aquele mecanismo do Disque 100, que é o disque Brasília. A pessoa pega o telefone, bota o número 100 e disca, e ela pode ter o anonimato. Tem que ter pelo menos o nome, o endereço completo e algumas informações básicas para que o Disque 100, no caso, a Secretaria de Direitos Humanos, possa encaminhar para os serviços competentes, ou seja, conselho tutelar da região responsável, Ministério Público, Delegacia da Criança e do Adolescente. Então essa denúncia será distribuída para vários órgãos.

Por isso que é importante, hoje, no Dia do Conselheiro Tutelar, fazer o apelo para que toda suspeita de maus-tratos seja denunciada, e isso depende muito da sociedade. Muitas vezes, na escola, uma criança que está sendo abusada, uma criança que está sendo vítima de maus-tratos, ela necessita dessa denúncia. Então, faça esse apelo a todos.

Parabéns a todos os conselheiros tutelares do Brasil e da cidade de Porto Alegre. O ex-conselheiro Charles, o ex-conselheiro André, que foram meus colegas, sabem muito bem da importância de ser conselheiro.

Hoje também estive visitando o Conselho Tutelar da microrregião 1 que também precisa de muita atenção da Prefeitura, não só essa sede, mas todas as sedes, pois falta ar-condicionado, falta telefone. Então são coisas básicas e necessárias para que o conselheiro tutelar possa fazer um bom atendimento. Gratidão e um abraço a todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Boa tarde a todos, quero aproveitar rapidamente aqui para apresentar um projeto de minha autoria que está em votação hoje na Casa. Conto inclusive aqui com o apoio do Jaires Maciel, que é o presidente do Sindicato dos Proprietários de Veículos Escolares de Porto Alegre – Sintepa. Se alguém quiser tirar alguma dúvida, ele está aqui representando a categoria; para quem quiser, pode tirar qualquer dúvida com ele, mas eu vou explicar, de maneira resumida, do que se trata. Hoje, um motorista de Van escolar normalmente é o proprietário do veículo. E, quando ele pede autorização para retirar o carteirão para trabalhar como taxista no final de semana, durante as férias escolares, a EPTC entende que, como ele é proprietário de Van escolar, ele estaria proibido de ter carteira e se habilitar para trabalhar, por exemplo, com o táxi. E isso tem um sentido, o sentido é que a lei fala que é proibido ser dono de dois modais, táxi e escolar, só que, por um excesso de zelo, a EPTC proíbe que o motorista de escolar possa fazer a habilitação para conduzir táxi. O que a gente quer é que esse motorista que eventualmente fica, durante as férias, sem renda no final do ano, ou aquele que eventualmente também acaba sendo prejudicado, como foi na questão da pandemia ou também, durante as enchentes, fica sem renda, que ele possa ir na EPTC fazer o curso do carteirão de taxista para poder dirigir o táxi fora do horário em que ele trabalha com Van escolar. Esse é um dos aspectos da lei que vai para votação hoje. O segundo aspecto é alterar a idade em que ele obrigatoriamente tem que renovar o veículo para entrar na frota. Hoje, se não me engano, o prazo máximo de idade do veículo, em que obrigatoriamente terá que renovar, é de sete anos de idade, e ele quer que possa alterar isso para que veículo com até dez anos possa entrar na frota, obviamente passando por todas as vistorias da EPTC. Por quê? Porque hoje subiu muito o preço dos veículos de Van escolar, e depois da descapitalização pela qual esse pequeno empreendedor acabou passando por conta da Covid, depois da enchente, ele hoje não tem condições de renovar sua frota.

Então são os dois aspectos da lei que está em votação hoje: permitir que ele possa dirigir e não ser proprietário de outro modal, e também que a idade de entrada do veículo na frota possa ser um pouco flexibilizada, de modo que ele consiga renovar, mas tenha também condições de pagar por esse veículo.

Só para deixar claro aos colegas, quem tiver qualquer dúvida, eu estou aqui com o colega das escolares, o Jaires, e quem quiser tirar uma dúvida pode falar com ele diretamente sobre como isso vai ser importante para a categoria. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Os vereadores: Giovani Culau e Coletivo, Eng^o Comassetto, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza e Pedro Ruas estão inscritos em Comunicações. (Pausa.)

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Lourdes Sprenger.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Presidente, colegas vereadores, em especial à Ver.^a Lourdes que me cedeu seu tempo em Comunicações. Eu não poderia deixar de vir a esta tribuna, hoje, dia 18 de novembro, dia em que a Brigada Militar completa 187 anos de atuação no nosso Estado. Uma instituição que, por muitas vezes, é mal compreendida, uma instituição que, por muitas vezes, é alvo de diversos ataques que desconsideram o art. 5^o da Constituição, que vislumbra o direito do amplo e contraditório; uma instituição que, por muitas vezes, sofre julgamentos precipitados e condenações sumárias, ocorrendo sem processos.

Mas hoje é dia de festa, é dia de festa para o povo gaúcho, para os 497 municípios que têm a Brigada Militar instalada em sua cidade. A segurança, a proteção, o acolhimento que os brigadianos, homens e mulheres fardados, fazem diuturnamente, sete dias na semana, sem descanso, e não interessa se é feriado, se é Natal, se é Páscoa, se é 1^o do ano, nos 497 municípios, durante 365 dias no ano, a Brigada Militar está ali presente.

Nós todos devemos estar em festa, porque essa Brigada Militar, que completa 187 anos, é a mesma que, por vezes, é atacada, mas é a mesma Brigada Militar que protege a mulher agredida, que acolhe a criança vulnerável, que protege o idoso, que foi acolhedora à população nesses eventos climáticos e em tantos outros, que salvou pessoas no Vale do Taquari, que recolheu a população indígena no Extremo-Sul de Porto Alegre, que é composta, volto a dizer, por homens e mulheres fardados que são preparados, que são abnegados, que têm intensidade de trabalho e que colocam as suas vidas em risco para proteger a sociedade gaúcha. Em outubro, mês que nos antecede, tivemos a baixa, infelizmente, de cinco policiais militares, que foram alvejados durante o serviço, durante o seu trabalho, e que ali deixaram suas vidas em prol da comunidade gaúcha. Além disso, deixaram famílias, deixaram filhos. E nós não podemos nos esquecer, nenhum dia, desses heróis fardados, que se arriscam por pessoas que eles não conhecem. Desde 1990, a Brigada Militar é responsável – e vejam os números que eu vou apresentar – por cinco milhões de interações ao ano com os gaúchos – cinco milhões de gaúchos interagem com a Brigada Militar –, desses, 14 mil abordagens são feitas ao dia. Os senhores têm ideia de 14 mil abordagens feitas num dia? Do número de prisões? Do número de armas que são recolhidas? Do número de policiais militares que, capacitados, estão cuidando, de dia e de noite, da vida dos meus filhos, da vida dos teus filhos, da nossa família, em detrimento, muitas vezes, de suas famílias? Então, hoje, é um dia de dizer para a Brigada Militar que não vão nos sindicalizar, de dizer para a Brigada Militar que continue cada vez mais ativa, forte, coerente, que tenha fé, força e foco na sua atividade-fim: proteger o povo gaúcho e fazer a repressão à criminalidade. Vida longa à Brigada Militar, parabéns pelos

187 anos. Rumo aos 200 anos dessa Brigada Militar que será sempre o amparo de todo o cidadão gaúcho. Minha melhor continência a todos os nossos brigadianos.

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Muito obrigada, Comandante Nádia. Gostaria de solicitar à assessoria para registrar a presença do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Registrado. Obrigada.

O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezada Ver.^a Mari Pimentel, presidindo a nossa sessão, colegas vereadores e vereadoras, prezados visitantes, senhoras e senhores que nos assistem; eu tenho o prazer de retornar aqui ao Legislativo municipal e, a pedido do Ver. Cassiá Carpes e de outros colegas vereadores, estou trazendo aqui, Ver. Jonas Reis, Ver. Adeli Sell e Ver. Oliboni, uma prestação de contas do trabalho que o governo federal realizou no tema calamidade. Estou distribuindo este documento para todos os colegas vereadores; são dados oficiais e estão à disposição também no *site*, para que cada um possa consultar.

Primeiro, nesse tema da calamidade que atingiu o nosso Estado, mas vou falar aqui do Município de Porto Alegre, o governo federal fez um total de transferências para investimentos em Porto Alegre, nesse período, de R\$ 5,910 bilhões. Ver. Marcelo, isso é a metade de um orçamento anual que aprovamos aqui e que, daqui a uns dias, entrará em aprovação nesta Casa, de recursos que não estavam contabilizados para Porto Alegre. Estou expondo isso aqui na tela. Desses recursos, para o cuidado com as pessoas, vieram R\$ 2,2 bilhões. Do Auxílio Reconstrução, que atingiu 78 mil famílias, foram R\$ 396 milhões injetados na vida de Porto Alegre, aqueles R\$ 5,1 mil para ajudar as famílias. E ainda tem muitas famílias que não receberam. E não receberam por quê? Porque deu inconsistência nos dados que foram transmitidos. Quem é que transmite esses dados? A Prefeitura Municipal, nesse caso, de Porto Alegre. Toda porta de entrada de qualquer recurso é via Prefeitura Municipal. Das novas inclusões do Bolsa Família, deu R\$ 3,5 milhões. O seguro-desemprego, que pagou, Ver. Albrecht, naquele período, dois salários para as empresas, deu R\$ 2,6 milhões. Aqui, de abono salarial, foram R\$ 135 milhões. Bolsas de pós-graduação, que recebem aqui em Porto Alegre, somaram R\$ 23,6 milhões. E por aí vai.

Eu quero me deter aqui no crédito para as empresas, apoio às empresas de Porto Alegre. E aqui, Ver. Ramiro, principalmente do 4^o Distrito, que foi muito atingido, vieram R\$ 2,6 bilhões para as empresas de Porto Alegre. Desses, do Pronampe – Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Solidário, que é até R\$ 150 mil por família, Ver.^a Fernanda, foram seis mil empresas que receberam. Aqui tem um problema: hoje, está disponível nos bancos R\$ 1,2 bilhão do Pronampe, mas as empresas atingidas não requisitaram esse recurso. Então, até dezembro, lá no Lami – muitas empresas do Lami não buscaram o Pronampe Solidário – cada empresa, conforme

o seu balanço financeiro, tem o direito de até R\$ 150 mil. Desses R\$ 150 mil, R\$ 40 mil são a fundo perdido e R\$ 60 mil com 12 meses de carência e cinco anos para pagar sem juro. Então, esse é o Pronampe Solidário, que repassou R\$ 746 milhões para as empresas de Porto Alegre. Receita para novas empresas, mais R\$ 145 milhões no auxílio ao trabalhador. Para a Defesa Civil, que restabeleceu muitas atividades e muitos serviços, foram R\$ 46,5 milhões. Para a causa da proteção animal, aos vereadores e vereadoras que trabalham nesse tema, foram R\$ 180 mil disponíveis para Porto Alegre. Nas cestas de alimentos que foram distribuídas, foram R\$ 890 mil. Então, nesse total, para assistência social foram R\$ 6,5 milhões, enquanto, para a educação, para refazer as escolas, aquelas escolas que não estão funcionando ainda em Porto Alegre, já foram destinados R\$ 14,7 milhões, e para os postos de saúde que foram danificados, que não voltaram a funcionar muitos deles ainda, são R\$ 64,7 milhões. Então, meus colegas vereadores e vereadoras, distribuí uma cópia para cada um dos colegas, para que a gente possa analisar e debater à luz dos números reais. E aqui eu encontro os colegas vereadores que me pedem sempre essas informações. Essas informações estão no *site*, estão disponíveis no *site* do governo federal, à disposição de cada um.

Outro tema aqui, os diques, o sistema de proteção que, com a enxurrada, acabou não protegendo a cidade. Já tem destinado para Porto Alegre R\$ 1,2 bilhão para refazer todos os diques, construir diques novos, refazer todas as casas de bombas, refazer todas as comportas. Agora, todos esses temas que falei aqui são de responsabilidade da execução do governo municipal, então, para fazer os diques, é óbvio que tem que aprovar o projeto, é óbvio que tem que liberar, prestar contas para que possam ser liberadas as próximas etapas. Nesta rápida prestação de contas do tema macro, do que o governo federal, desde o dia 4 de maio, em que se declarou calamidade no Município de Porto Alegre, assim como nos demais municípios do Rio Grande do Sul, também dizer que, dentro do compra assistida, que é o tema das habitações, já foi anunciado para Porto Alegre em torno de 1.500 famílias que já estão com seu nome na Caixa Econômica Federal procurando os imóveis ou comprando os imóveis. Destes, tem no *site* da Caixa Econômica Federal, neste momento, 6.500 imóveis à disposição, já construídos, em todo o Rio Grande do Sul. Então, se alguém que mora aqui quer voltar lá para São Borja e tem um parente lá, ele pode comprar lá em São Borja, desde que seja até R\$ 200 mil, com o seguinte detalhe: tem que ter escritura e o habite-se registrado na matrícula. A Caixa Econômica Federal, ali na Av. Independência, nº 1.000, tem uma estrutura que atende diuturnamente às famílias, e o *site* continua à disposição para isso. Portanto, Ver.^a Mari Pimentel, eu quero trazer esses números para dizer que o governo federal contribuiu com a calamidade com R\$ 5,9 bilhões nesses seis meses só para o Município de Porto Alegre, e a agenda não é uma agenda conclusa, porque esse tema tem que ser feito em conjunto com o Município, e quem executa, no caso, é o Município de Porto Alegre. Eu me coloco à disposição aqui para debater esses números, e nós podemos ainda ajudar aqueles gargalos que existem, e, entre os gargalos que eu falei aqui, tem R\$ 1,2 bilhão depositado nos bancos para que as pequenas e médias empresas adquiram ou peguem o Pronampe

Solidário, que é 40% a fundo perdido e os outros 60% com um ano de carência e cinco para pagar a juro zero. Agradeço a todos, um grande abraço, muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Abre mão.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, que viu e ouviu nos jornais, ficou consternado com o que aconteceu em Brasília. Um militante de extrema direita foi lá, armado até os dentes, para tentar cometer um atentado; mas, até agora, não foi explicado de onde saiu o dinheiro para aquela operação. Os jornais noticiaram aluguel de residência, noticiaram um histórico do sujeito ligado ao bolsonarismo. E eu vejo um silêncio das lideranças, silêncio. Teve um deputado de Santa Catarina que disse que conhecia o sujeito: “Meu conhecido, amigo de longa data”. E ainda disse assim: “Eu não entendi o que ele fez”, mas é só ver na TV. É só ver na TV o que ele fez; não precisa muita instrução para ver o que ele fez. E os motivos, as mensagens todas de ataque à democracia, de ataque à corte superior do Brasil... Isso não está isolado dos ataques de 8 de janeiro. E, pasmem, há bandidos que querem a absolvição, a anistia dos criminosos que atacaram as instituições, que violentaram não só o estado democrático de direito, mas também ameaçaram a vida das pessoas, a vida dos policiais, dos trabalhadores da segurança. E eu não vejo ninguém da extrema direita falar, defender, nesse sentido, as forças de segurança – e eles diziam que defendiam. Então trata-se, de fato, de algo muito misterioso. E, agora, ontem, a residência onde esse sujeito morava, em Santa Catarina, foi misteriosamente consumida pelo fogo. Olha que coincidência. A residência foi consumida pelo fogo, e ninguém diz nada. Para mim, é nítido: trata-se exatamente de queima de arquivo. O sujeito vai lá, faz uma operação no coração do Brasil, na Praça dos Três Poderes. Como é que o sujeito chega na Praça dos Três Poderes com o carro cheio de artefatos, de explosivos? Ele queria exatamente esse efeito. Talvez alguma coisa tenha dado errado, porque ele veio a óbito. Ou talvez não. Mas nós queremos saber. Essa pessoa sozinha... Por que a residência dele foi incendiada? O que tinha na residência? Eu pergunto: o computador tinha o quê? Objetos? Tinha documentos, não tinha? A quem interessa o incêndio na residência de alguém que faz um ato terrorista contra o estado democrático de direito no coração do Brasil, Brasília, na Praça dos Três Poderes.

Eu, como parlamentar de Porto Alegre, a Câmara de Vereadores é um legado do estado democrático de direito, e se aqui estamos, nós precisamos ter posição sobre isso. E a minha posição é condenar qualquer ato que violente o estado democrático de direito, que ataque as nossas instituições, seja Legislativo ou Executivo. Senão, vira literalmente uma baderna. Aí está a eleição de Porto Alegre, o prefeito Melo se reelegeu, mas nem por isso nós vamos armar bomba na frente da Prefeitura; nem por isso a gente vai mandar mensagens, dizendo para acabar com tudo. A gente respeita o resultado da urna. A urna tem que ser respeitada. Mas esses extremistas não quiseram respeitar a urna e continuam

atacando o direito de o povo escolher os seus representantes. É perigoso, é muito perigoso o momento que vivemos, porque há alguém que encoraja isso. Há um poder por trás disso, há uma estrutura por trás disso, e quem se soma a essa estrutura está contra a democracia, está contra a nossa Constituição Federativa do Brasil. E quem está contra a Constituição tem que apodrecer atrás das grades, tem que ser enjaulado, porque não consegue viver com o direito de ir e vir do outro. O respeito à ordem democrática, eleições justas, eleições livres em que quaisquer pessoas possam se candidatar. Nós não podemos esmorecer, por isso eu convoco a cidade de Porto Alegre a condenar atos que atacam as instituições, que ameaçam vidas. Imagina se tivesse morrido um policial, um segurança, mais pessoas inocentes, além disso, que circulavam naquele momento! Nós ouvimos depoimentos das pessoas. Então eu peço aos representantes do poder público, da União, dos estados e do município para não esmorecer e não afrouxar. É cadeia sim. É prisão sim. Pois é. Eu acho que as penas que o supremo está dando e outros são até amenas para o que fizeram; eles quiseram tirar o direito do cidadão brasileiro de escolher seus governantes, o direito de nós estarmos aqui representando a população, seja de direita, seja de esquerda ou seja de centro. Não é possível aceitar quem atenta contra todo o povo brasileiro.

E, por fim, eu quero dizer o seguinte: querem, aqui nesta cidade, amordaçar as escolas públicas, querem estabelecer doutrinação, querem tirar a liberdade de cátedra das professoras, dos professores, mas não querem pagar o que devem; os 30% de reajuste salarial. Pagar o que devem, não querem. Esses que se somam com o governo Melo, mas querer interferir na lógica organizativa da escola pública, isso eles querem sem nunca terem colocado o pé numa escola. Defenderam obras nas escolas? Nunca defenderam! Mais de 70% das escolas estão caindo aos pedaços, mas eles querem fazer o seu debate meramente ideológico. E é contra essa ideologização absurda dos espaços públicos que a gente se revolta e diz: liberdade a todas as professoras, a todos os trabalhadores de educação agora e sempre, e o PT estará junto com vocês, com as comunidades escolares.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sra. Presidente desta sessão, Mari Pimentel, senhores vereadores, assistências nas galerias, pagador de impostos que nos assiste pela TVCâmara, eu achei que a chinelagem da esquerda estava baseada em Janja da Silva, mas eu vejo que a chinelagem da esquerda baixou neste plenário encarnada na pessoa do líder do PT que vem a esta tribuna usar a morte de uma pessoa desequilibrada, maluca, na Praça dos Três Poderes, utilizando para fazer política, assim como a “Esbanja” fez e se deu mal, porque a repercussão de quem faz esse tipo de política é uma repercussão absolutamente lamentável. Agora, o líder do PT vai lá fora fazer filminho, Presidente Mauro, para sua base, vai fazer filminho, porque não tem coragem de dizer aqui de cima, mas eu digo: Jonas Reis é a chinelagem da política em Porto Alegre, porque usa a morte de um maluco para fazer política, Ver. Marcelo, para tentar coletar dividendos políticos. É o caso da “Esbanja”, a chinelona de Brasília, que agora tem o seu filho político aqui em

Porto Alegre. E o vereador é tão chinelo que ele nem sabe que na justiça não se vota. O maluco que falou contra Bolsonaro e contra o Lula fazia um protesto na frente da justiça, onde não há voto popular. A chinelagem da liderança do PT nesta Casa é tão grande que demonstra, Ver. Cassiá, porque o PT tomou de relho. O PT não perdeu a eleição em outubro, o PT tomou de relho, de relho. Sem contar que saiu, hoje ou ontem, uma pesquisa de que, nas idades mais jovens, o pessoal nem vai votar. A esquerda não representa mais nem a gurizada, nem a juventude. Mas isso é bom, isso é bom que a população está abrindo os olhos para essa chinelagem representada aqui. Até os mais experientes da esquerda, hoje, têm vergonha da primeira-dama, têm vergonha de um presidente que hoje, de manhã, Ver. Gilson, novamente mentiu para o mundo, utilizando dados equivocados de uma ONG que é irrigada com dinheiro da esquerda para dizer que, em 2014, ele tirou o Brasil do mapa da fome, para dizer que, quando ele assumiu a Presidência da República, havia 33 milhões de pessoas passando fome, o que é mentira. E está lá o líder do PT fazendo o videozinho para o seu público, mentindo para o seu público, assim como o dono ideológico dele, o Lula, mentiu hoje no G20. Tudo o que o Lula fala é mentira, mentira deslavada, pegou dados equivocados, quando, na verdade, no governo Bolsonaro, diminuiu a fome. E olha que eu não sou bolsonarista. Para concluir, esse é o PT que, graças a Deus, junto com os seus puxadinhos e seus asseclas, está sendo varrido de Porto Alegre, está sendo varrido do Rio Grande do Sul e será varrido do Brasil, com uma chinelona de primeira-dama e um mentiroso contumaz, ex-presidiário, na cadeira de Presidente. Todo o nosso apoio a Elon Musk, um dos caras mais geniais desde Galileu Galilei. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Mari Pimentel, no exercício dos trabalhos da sessão, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores, em especial aqui cumprimento o meu colega de bancada Ver. João Bosco Vaz.

Utilizo aqui a liderança do PDT, hoje, para fazer um registro importante que diz respeito a um segmento da categoria dos corretores de imóveis. Hoje, junto ao secretário Fantinel e ao presidente Flávio, do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários – TART, de Porto Alegre, que é o antigo Conselho do Contribuinte que, em 2006, foi transformado em duas turmas e passou a se chamar Tribunal, então hoje, pela primeira vez na história, desde 1949, o Conselho, transformado em Tribunal, e o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, criado em 1962, pela [Lei nº 41.116](#), passam a ocupar uma vaga no TART. Então hoje é um momento histórico, muito importante, muito relevante para a sociedade porto-alegrense. O mercado imobiliário tem uma relação intrínseca com as cidades, as pessoas vivem nas suas casas, ou elas são proprietárias dos seus imóveis, ou elas pagam aluguel. Toda e qualquer transação imobiliária envolve o ITBI, e, da mesma forma, o IPTU incide sobre todas as residências. Quem é proprietário

paga o IPTU, e quem paga aluguel paga o IPTU também. É muito importante que os profissionais que estão lá na ponta da cadeia produtiva da construção civil, Ver. Pedro Ruas, que são os corretores de imóveis, que ajudam, muitas vezes, uma pessoa a realizar o sonho de uma vida inteira, Ver.^a Comandante Nádia, as pessoas economizam, às vezes, dez, quinze anos para comprar um imóvel, vão pagar 25, 30 anos de financiamento bancário, e elas confiam ao corretor essa intermediação, a uma imobiliária. Hoje, nós temos milhares de imobiliárias em Porto Alegre, milhares de corretores de imóveis em Porto Alegre. E se avizinha, para o ano que vem, uma revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre. Pela primeira vez, ao lado do Secovi e da Fecomércio, o Creci – Conselho Regional dos Corretores de Imóveis – do Rio Grande do Sul passa a integrar a segunda câmara do TART, o que, para nós, é motivo de muita alegria.

Quero fazer aqui, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, um agradecimento ao prefeito Melo, que confiou aos corretores de imóveis, na vacância do Colégio Notarial – a vaga era do Colégio Notarial –, para que pudessem dar a sua contribuição de forma isenta, de forma a fazer uma análise legal a respeito dos recursos administrativos. Ali nós enfrentamos a segunda instância daquilo que se tem por entendimento, ou desentendimento, entre o erário público e a sociedade civil organizada. Tenho certeza de que nós, enquanto categoria profissional, fomos reeleitos agora, a nossa gestão, para o triênio que se inicia em janeiro deste ano. A indicação para o TART é uma indicação que vale por dois anos, e a nossa gestão é uma gestão de três anos. Fica aqui esse registro. Claro que esse é um trabalho que se mistura com meu mandato de vereador na Câmara. Pode parecer estranho nós estarmos aqui fazendo uma fala que diz respeito a uma categoria profissional, mas aqui nós temos vários vereadores que representam categorias profissionais, e eu não posso me furtar de representar também aquela em que muitos confiam, o trabalho da representação, como vereador, nesta Casa, que é a representação classista. Temos aqui o vereador que é professor, temos aqui o vereador que é médico, vereador conselheiro tutelar, enfim, temos aqui várias representações, Ver. Ramiro Rosário, e a gente então quer fazer aqui também, sob o ponto de vista do nosso mandato, esta análise no que diz respeito à nossa participação também enquanto corretores de imóveis nesta Casa Legislativa. Isso não só para a revisão do Plano Diretor que se avizinha, mas agora também dando uma contribuição junto ao TART – Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, que passa a integrar também o Conselho Regional de Corretores de Imóveis. Então fica aí o nosso registro, o nosso agradecimento pela atenção. Muito obrigado e boa tarde a todos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Boa tarde, Sra. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara, da nossa Rádio Câmara e das plataformas; eu vim falar hoje de algo que não está na nossa pauta,

porque, até o momento, não foi falado aqui nesta Casa. Eu vim falar de algo que eu presenciei nesse feriadão aqui, em Porto Alegre. Teve *shows* no Araújo Vianna, teve *shows* no nosso Parque Harmonia, espaços públicos da orla, Ipanema, nos parques de Porto Alegre. O que me chamou atenção nesse feriado, andando pela cidade de Porto Alegre nesses eventos, observando e vendo as coisas, foi uma lei que esta Casa fez e que não é cumprida em hipótese nenhuma. Nós tínhamos, em Porto Alegre, uma categoria organizada, uma categoria que tinha credencial, uma categoria que tinha identificação, uma categoria que atuava nesses eventos e nós proibimos o trabalho dessas pessoas. Proibimos, acabamos com a função de guardador de carro, flanelinha que teria que ter um registro junto à Prefeitura em que vinham o seu número e as suas informações: endereço, telefone, o que a pessoa fazia, onde achava a pessoa. E isso acabou. Hoje se vê o espaço público, num total, sendo invadido; eu não estou falando da área de estacionamento, estou falando das avenidas, das ruas de Porto Alegre. Se tem um *show* no Auditório Araújo Vianna, as pessoas não conseguem andar na Av. Osvaldo Aranha em função da quantidade de pessoas indicando estacionamentos, indicando local para as pessoas deixarem os seus carros. É como nós estarmos no Centro de Porto Alegre, na Rua Siqueira Campos, na Rua Sete de Setembro, na Av. Mauá, e as pessoas no meio das ruas e avenidas mandando os carros pararem para estacionar. Isso acontece na Av. Osvaldo Aranha, isso aconteceu aqui nas imediações, isso acontece na orla. Então, eu acho que é importante a EPTC, a Secretaria de Transportes tomar uma providência, porque a lei aprovada nesta Casa proíbe isso. Proibiram a profissão organizada, proibiram as pessoas de irem à Secretaria Desenvolvimento Econômico e Social, à Secretaria do Trabalho e ao Ministério do Trabalho preencherem um cadastro, levarem os seus documentos, pessoas que eram conhecidas na cidade de Porto Alegre. Eu pego um exemplo da Rua General Vitorino, onde nós temos ali um guardador de carro que formou os dois filhos, o filho mais velho é contador e a filha mais nova é enfermeira – não é técnica, ela é enfermeira. Ele formou os dois filhos guardando os carros, quando as pessoas iam para os seus escritórios e deixavam a chave do carro com ele, ele estacionava e trazia de volta os carros, sem nunca ter tido nenhum problema, hoje ele não pode trabalhar na legalidade que tinha antigamente com seu registro, tudo direitinho, dava até recibo.

Eu trago esse tema hoje, na Casa, fora de todas as discussões nacionais que nos pautam aqui, na questão de tudo que tem acontecido no Brasil, que tem acontecido no G20. Eu venho trazer esse tema bem peculiar, bem da nossa cidade, um tema que vem atingindo a população de Porto Alegre, porque eu fui provocado pelas pessoas para andar e ir a esses locais, coisa que eu aproveitei e fiz nesse feriado, andei muito na nossa cidade e andei muito em eventos da nossa cidade, comprovando o que estão dizendo. A dificuldade que as pessoas têm não somente em chegar nos eventos, mas as dificuldades que as pessoas têm seja na FIERGS – Federação das Indústrias do Estado Rio Grande do Sul – seja na PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –, seja onde for que tem um evento em Porto Alegre, de conseguir circular e estacionar, tirando o que estava constituído na cidade de Porto Alegre que eram os guardadores de carro. Seria essa, Sra. Presidente, a nossa intervenção na tarde de hoje. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Presidente Mari Pimentel, peço a inversão da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, passar à Pauta, correr pauta do projeto que já está combinado entre governo e oposição quanto aos carrinheiros.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, muitos vereadores colegas estão perguntando qual é a previsão da data da votação do orçamento, porque tem muitas emendas para ajustar. Então é importante a gente ter um acordo e saber exatamente que dia nós vamos votar a peça orçamentária.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): *Ok.* Nós teremos essa resposta por parte da Diretoria Legislativa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Dias 2 e 4 de dezembro.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente, hoje é o último dia para apresentação de emendas impositivas. Está andando muito devagar.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Sim, os vereadores todos aqui estão demonstrando preocupação e até solicitando tempo para trabalhar nisso ao longo da tarde.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR
(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0523/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 033/24, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui §§ 3º e 4º no art. 22 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998 – que dispõe sobre o sistema de transporte e circulação no Município de Porto Alegre, adequando a legislação municipal à federal, em especial ao Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências –, para incluir informações que deverão constar no auto de infração. **(SEI 220.00260/2024-11)**

PROC. Nº 0587/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 298/24, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que declara de utilidade pública Piquete Feijó do Campeador da Boa Vista. (SEI 038.00077/2024-38)

PROC. Nº 0605/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 309/24, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui alínea *d* no inc. II do art. 35 da Lei nº 12.779, de 13 de novembro de 2020 – que dispõe sobre o ordenamento dos elementos de mobiliário urbano no território do Município de Porto Alegre –, incluindo taxista no rol de atividades de prestação de serviços que poderão receber autorização para instalação de mobiliário urbano. (SEI 034.00337/2024-79)

PROC. Nº 0658/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 336/24, de autoria dos Vers. Adeli Sell, Alvoni Medina e Cláudio Conceição e da Ver^a Biga Pereira, que altera o inc. II do art. 3º e inclui art. 3º-A, todos na Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008 – que institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana e dá outras providências –, ampliando até 31 de dezembro de 2028 o prazo para a proibição, em definitivo, da circulação de Veículos de Tração Humana (VTHs) no trânsito do Município de Porto Alegre e dando outras providências. (SEI 020.00104/2024-80)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de Pauta. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Passa.
O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste.
Passo a palavra ao diretor legislativo para falar sobre a Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós estamos com um problema aqui no sistema do painel e, talvez tenhamos que fazer, a única solução seria, todas as chamadas e votações nominais com anotação em papel. O problema é o seguinte: o painel, embora esteja aparecendo, há uma dificuldade para que os vereadores e as vereadoras digitem os seus votos e registros. Então, nós vamos fazer o seguinte, nós vamos abrir o painel para tentar ver se conseguimos abrir a Ordem do Dia pelo painel, senão faremos a chamada nominal no papel.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Diretor, gostaria de convocar aqui a liderança da oposição e do governo, os líderes dos partidos. (Pausa.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Nós estamos com problemas no painel eletrônico, então nós não estamos conseguindo colher os votos. Como nós estamos no último dia para as emendas e para ajustes do nosso orçamento do Município, em acordo com as lideranças, vamos encerrar a sessão para que os vereadores possam trabalhar nos seus gabinetes, tendo em vista os problemas que nós temos no painel, e com o problema do ajuste do orçamento. Então teremos nossa próxima sessão plenária na segunda-feira, uma vez que na quarta-feira é feriado. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *